

Banco de Olhos agia ilegalmente há 1 ano no DF

Para secretário, entidade não respeitava normas que atribuíam coleta de córneas a centrais de captação

SANDRA SATO

BRASÍLIA – Há um ano, o Banco de Olhos de Brasília vem captando córneas ilegalmente. A denúncia é do secretário da Saúde do Distrito Federal,

Antônio Luiz Ramalho Campos, que investiga a última retirada ilegal de córnea, de Edgemir Menezes de Araújo, morto dia 22, feita por um auxiliar de necropsia que era funcionário do banco e da Fundação Hospitalar do Distrito Federal. Os transplantes na cidade foram suspensos até que as irregularidades sejam apuradas. Somente os casos de urgência serão atendidos.

Ontem, o secretário proibiu o Banco de Olhos, uma organização

não-governamental existente há 12 anos, de continuar funcionando no Hospital de Base, um dos principais da rede pública local. As pessoas inscritas na lista no banco terão 15 dias para recadastrar-se na Central de Transplantes local.

O Banco de Olhos vinha contrariando decretos de regulamentação da lei de doação de órgãos que atribuíam a coleta de córneas, rins, corações e tecidos exclusivamente às centrais de captação dos Esta-

dos. O Ministério da Saúde baixará novas normas proibindo, a partir de terça-feira, que ONGs e hospitais particulares mantenham listas independentes de candidatos a transplantes.

O secretário explicou ontem que não teria atuado antes contra o Banco de Olhos porque não queria prejudicar as pessoas inscritas na ONG. “Vínhamos negociando para que o Banco de Olhos nos repassasse espontanea-

mente as informações”, disse.

O processo administrativo instaurado na secretaria vai apurar quantas córneas foram captadas e transplantadas e se entre os beneficiados estava algum paciente de instituição privada. O processo verificará ainda se nos transplantes foi obedecida a lista de receptores e se o banco vendeu córneas.

Central – Na terça-feira, quando a Central Nacional de Trans-

plantes for inaugurada, deixará de cumprir uma das promessas do ex-ministro da Saúde, Carlos Albuquerque, de fazer uma ligação entre Estados que tenham órgãos humanos disponíveis e os com pacientes na lista de espera. “A proposta inicial era fantasiosa”, descartou ontem o coordenador nacional de Transplantes, José Wanderlei Neto, esclarecendo que o trabalho da central será mais de fiscalização.